



A crucificação de Jesus no quadro das violências do mundo antigo: a inserção da cruz no seu contexto original

The Jesus' crucifixion in the framework of violences in the ancient world: the insertion of the cross in its original context

Clovis Torquato Junior ^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR

Vicente Artuso ^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

^[b] Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR

Como citar: TORQUATO JUNIOR, C.; ARTUSO, V. A crucificação de Jesus no quadro das violências do mundo antigo: a inserção da cruz no seu contexto original. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 15, n. 03, p. 368-393, set./dez. 2023. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.15.003.DS01>

Resumo

Este artigo estuda a crucificação dentro do contexto de violência do Mundo Antigo. Em face da crucificação de Jesus, o personagem que trouxe a imagem da cruz para o Ocidente, lugar em que o cristianismo se difundiu, a principal questão estudada é: “Em qual contexto a crucificação pode ser enquadrada?” Deve ser vista como um ato isolado, no qual Deus sacrificou seu Filho? Ou, pelo

^[a] Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: clovistorquatojr@gmail.com

^[b] Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e-mail: vicenteartuso@gmail.com

contrário, a crucificação foi a principal forma de matar violentamente no Mundo Antigo, eleita pelos romanos como propaganda de terror de Estado e de advertência contra criminosos? Os pontos estudados são: 1) a origem da crucificação; 2) os vocábulos referentes à crucificação; 3) os flagelos como parte da crucificação; 4) o *titulus crucis*; 5) a crucificação como forma violenta de matar; 6) a crucificação como entretenimento; 7) a crucificação como morte aviltante. Os principais resultados são: a crucificação era uma forma comum de matar no Mundo Antigo, e foi a eleita pelos romanos como advertência aos criminosos; fazia parte do processo de crucificação os flagelos; compunha o quadro da crucificação um título contendo o crime do infrator afixado na cruz ou no condenado; a crucificação tornou-se tão comum que chegou a ser encenada nos teatros antigos; e, por fim, a crucificação era uma morte repugnante e ignominiosa, cujo principal alvo era exterminar os cadáveres e, depois, a exposição do corpo crucificado servia de advertência à população, como propaganda de terror e violência de Estado. A crucificação, ao invés do que se pensa hoje, não tinha o objetivo precípua de matar, mas de exterminar o cadáver. O crucificado não era retirado da cruz, e seu corpo ficaria ali, pendurado, até apodrecer e despencar da trave, sendo devorado por abutres e animais selvagens, negando-se, assim, ao crucificado, o sepultamento. A crucificação poderia ser de vivos ou de mortos.

Palavras-chave: Crucificação. Extermínio de Cadáver. Violência. Morte. Mundo Antigo.

Abstract

*This paper studies the crucifixion within the context of violence in the Ancient World. In view of the crucifixion of Jesus, the character who brought the image of the cross to the West, the place in which Christianity spread, the main question studied is: "In what context can crucifixion be framed?" Should it be seen as an isolated act in which God sacrificed his Son? Or, on the contrary, was crucifixion the main form of violent killing in the Ancient World, chosen by the Romans as propaganda for state terror and as a warning against criminals? The points studied are: 1) the origin of crucifixion; 2) the words referring to crucifixion; 3) the scourges as part of crucifixion; 4) the *titulus crucis*; 5) crucifixion as a violent way of killing; 6) crucifixion as entertainment; 7) crucifixion as a demeaning death. The main results are: crucifixion was a common way of killing in the Ancient World, and was chosen by the Romans as a warning to criminals; scourges were part of the crucifixion process; a title containing the offender's crime affixed to the cross or the condemned was part of the crucifixion picture; Crucifixion became so common that it was even staged in ancient theatres, and finally, crucifixion was a repulsive and ignominious death, whose main purpose was to exterminate the corpses, and then, the exposure of the crucified body served as a warning to the population, as a propaganda of terror and state violence. Crucifixion, contrary to what is thought today, did not have the primary purpose of killing, but of exterminating the corpse. The crucified person was not removed from the cross, and his body would remain there, hanging, until it rotted and fell from the crossbeam, being devoured by vultures and wild animals. The crucifixion could be of the living or of the dead.*

Keywords: Crucifixion. Corpse Extermination. Violence. Death. Ancient World.

Introdução

O mais famoso crucificado da história é Jesus,¹ sendo o responsável por trazer para o Ocidente a imagem da cruz; talvez, se Jesus não tivesse se tornado o líder da maior religião ocidental, o cristianismo, a cruz tivesse se perdido no mundo antigo, como aconteceu com outras formas de matar violentamente, a exemplo da incineração, das bestas-feras ou a devoração por animais selvagens; porém, a cruz entrou na história do Ocidente por meio de Jesus, tornando impossível estudar o Ocidente ignorando o cristianismo e, com ele, o objeto da cruz de Jesus. No entanto, qual o contexto da cruz? O do sacrifício pascal no qual o cordeiro de Deus morreu pelos pecadores, num ato isolado no Mundo Antigo, como muitas vezes parece ser a crucificação de Jesus? Ou a crucificação de Jesus fazia parte de um modo violento e comum de matar no Mundo Antigo, em que milhares de outros condenados tiveram suas vidas vitimadas?

A crucificação foi uma forma de punir os criminosos no Mundo Antigo, que tinha dois objetivos muito definidos: exterminar o cadáver e advertir a população do destino dos infratores, servindo assim como propaganda de terror de Estado, por meio da violência extrema, negando, além de tudo, às vítimas o sepultamento. A crucificação fazia parte de uma tríade de mortes violentas, que ainda incluía a incineração e as bestas-feras, como outras formas cruéis de matar. Estas três formas, a crucificação, a incineração e as bestas-feras, ainda eram complementadas pela decapitação e pelo banimento, como as penas mais graves, como *summum supplicium*.

A crucificação, a incineração e as bestas-feras foram as três formas de punir criminosos mais usadas no mundo antigo, e tinham em comum a propriedade de exterminar o cadáver. A incineração, o fogo, não deixava restos mortais; as bestas-feras ou animais selvagens deixavam apenas ossadas espalhadas, impossíveis de serem identificadas, além de não ser permitido aos parentes recolher os ossos. A crucificação era, destas três formas de *summum supplicium*, a mais grave, não porque fosse a mais cruel, mas porque gerava o maior impacto psicológico nos espectadores: o corpo do crucificado permaneceria na cruz, não sendo permitido retirar o cadáver, que ficaria ali, pendurado, até, apodrecido, despencar da estaca na qual fora afixado, sendo devorado, enquanto no poste, pelos abutres e ratos. Depois de despencar, era devorado por cães e animais carniceiros; o mau cheiro deste quadro horroroso repugnava de longe, a ossada ficaria ali, no chão, putrefazendo-se; o horror desta apoteose ficava gravado na mente do público.

Deste modo, a crucificação demonstrava a violência, a selvageria, a monstruosidade, a desumanidade, a crueldade, a brutalidade e a barbárie desta forma de vitimar os condenados; a cruz causava asco, pavor, horror, medo, espanto, mas também, numa simbiose antitética, causava atração e servia de entretenimento.

Deste modo, a crucificação foi, nos dias antigos, uma das mais cruéis formas de exposição do corpo do condenado e a maneira mais infame de vitimar o morto, ao penalizá-lo, além de uma morte desumana, vergonhosa, ignóbil, desprezível e extremamente dolorida, à sina de ficar insepulto, pois o corpo permanecia pendurado na estaca até decompor-se, sendo comido a princípio pelas aves de rapina e depois por cães e animais carniceiros, quando o corpo, apodrecido, finalmente despencava do madeiro no qual fora afixado. Os crucificados não eram enterrados e permaneceriam durante longo tempo em exposição na cruz até que a putrefação os fizesse cair, seus restos mortais permaneceriam jogados no

¹ Este Artigo retoma partes da tese de doutorado do autor (sendo orientador o Prof. Dr. Vicente Artuso) de forma livre com algumas alterações: TORQUATO JUNIOR, 2021, p. 150-277.

chão como lembrança aos demais dos efeitos dessa condenação. Ao negar ao morto uma sepultura dois fatores básicos eram pretendidos: primeiro, não havia um local de memória para celebrar o morto e lembrá-lo; segundo, condenava-se a sua alma a vagar sem descanso, conforme as concepções antigas.

A crucificação, quando inserida no quadro das violências do Mundo Antigo, mostra-se muito diferente da visão cristã que hoje permeia a leitura da Bíblia, em que, algumas vezes, a cena da crucificação de Jesus até parece amistosa, afetuosa, sendo o sacrifício pascal em favor dos pecadores e, embora este aspecto tenha prevalecido na pregação cristã primitiva, não apagava, no entanto, para os seus primitivos pregadores e ouvintes, o horror da violência sofrida na crucificação (como acontece atualmente com os leitores da Bíblia); a ilusão moderna de uma cruz amigável nada tem a ver com o horror e o asco que a crucificação causava no Mundo Antigo, e foi, justamente, por ser tão ignóbil, repugnante, ascosa e tão detestável que Roma decretou que a vida de Jesus terminasse na estaca, como também foi o destino de milhares de pessoas no Mundo Antigo. Jesus é, certamente, o mais ilustre representante de uma imensa massa de condenados, que ficaram anônimos, e hoje, esquecidos da história.

Este trabalho procura contextualizar a crucificação no quadro das violências do Mundo Antigo, lugar em que ela nasceu e floresceu, fazendo milhares de vítimas, causando horror, asco, ignomínia, desprezo, repulsa, medo e pavor. A cruz jamais foi, no seu contexto, amigável, afável, nunca seus contemporâneas a tocaram com devoção, a carregaram no pescoço, a penduraram nas paredes; pelo contrário, a cruz foi o símbolo da morte e da violência, daquilo se que se deveria escapar.

A origem da crucificação

A origem da crucificação não é um dado histórico disponível para averiguação, isto porque, muito provavelmente, seus primórdios estejam situados antes mesmo dos primeiros relatos de que se tem notícia. Esta forma de matar precedeu os seus primeiros relatos, com toda probabilidade.

Os primeiros relatos sobre a crucificação a situam entre os persas ou fenícios, mas Hengel retrocede ainda mais, defende que esta prática tenha tido seu início entre os povos bárbaros, indianos, assírios, citas e taurianos:

Via de regra, os livros sobre o assunto dizem que a crucificação começou entre os persas. Isso é verdade na medida em que já encontramos numerosas referências à crucificação como uma forma de execução entre os persas em Heródoto, e estas podem ser complementadas por evidências posteriores de Ctésias [Heródoto 1.128.2; 3.125.3; 3.132.2; 3.159.1: Dario tem três mil habitantes da Babilônia crucificados; 4.43.2,7; 6.30.1; 7.194.1ss; Tucídides 1.110.1; também Ctésias (de acordo com Photius) FGH6SS F 14.39] No entanto, de acordo com as fontes antigas, a crucificação era considerada um modo de execução usado pelos povos bárbaros em geral, incluindo os indianos, os assírios, os citas e os taurianos (Hengel, 1977, p. 22-23, tradução nossa)².

Segundo dados da arqueologia mencionados por Kuhn, há indícios de dezessete piratas crucificados no porto de Atenas, no Século VII a. C. (Brown, 2011, p. 98), segundo informa Brown: “H. W. Kuhn menciona a descoberta, no porto de Atenas (Falero), de dezessete esqueletos de piratas com cravos de ferros nas mãos e nos pés, o que reflete uma execução no século VII a. C.” (Brown, 2011, p. 103-104). Os primeiros relatos sobre

² Cf. sobre a origem da crucificação: Sloyan, 2006, p. 21. Brown, 2011, p. 98 afirma ainda: “Com a difusão do poder grego no Oriente por Alexandre Magno, no fim do século IV, a crucificação tornou-se prática helena comum.” Cf. também o que diz Edmondson e Kyle: “Usado anteriormente no Oriente Próximo e provavelmente inventado pela Pérsia, a crucificação em Roma parece ter se desenvolvido a partir de uma forma de punição (carregar publicamente uma cruz, ser amarrado a ela e açoitado) a uma forma de execução (sendo preso a uma cruz e suspenso)” (Edmondson; Kyle, 2001 p. 53, tradução nossa).

a crucificação são encontrados entre os persas, e vêm da pena de Heródoto (*Histories*, 1.128.2, 3.125.3, 3.132.2, 3.159.1, 4.43.2,7, 6.30.1, 7.194.1), complementado por Ctésias (Hengel, 1977, p. 22):³

Isso dizendo, mandou, sem demora, crucificar⁴ os magos que lhe haviam aconselhado a deixar partir o neto. Em seguida, fez pegar em armas todos os medos que ainda restavam na cidade — jovens e velhos (Heródoto, *Histories* 1.128.2; Tradução de J. Brito Broca).

Orestes fê-lo perecer de uma maneira que não tenho ânimo para narrar, crucificando-o⁵ em seguida. (...) (Heródoto, *Histories* 3.125.3; Tradução de J. Brito Broca).

Obteve de Dario o perdão para os médicos egípcios assistentes do soberano e que, por se terem deixado suplantar na arte por um médico grego, haviam sido condenados a morrer crucificados. (Heródoto, *Histories* 3.132.2; Tradução de J. Brito Broca).

CLIX — Foi assim que Babilônia caiu pela segunda vez em poder dos Persas. Dario, tornando-se senhor da cidade, mandou demolir as muralhas e retirar todas as portas. Ciro, que a conquistara antes dele, não havia feito nem uma coisa nem outra. Mandou, em seguida, crucificar cerca de três mil homens entre os mais ilustres de Babilônia. (Heródoto, *Histories* 3.159.1,2; Tradução de J. Brito Broca).

Foi, pois, receando que, em lugar de ser punido, ele reconquistasse os favores de Dario, que Artafernes, governador de Sardes, e Harpages, de quem Histeu era prisioneiro, mandaram crucificá-lo assim que chegaram a Sardes, embalsamando-lhe a cabeça e enviando-a a Dario, em Susa. (Heródoto, *Histories* 6.30.1; Tradução de J. Brito Broca).

CXCIV — Quinze navios da frota de Xerxes, que navegavam um pouco atrás dos outros, perceberam os Gregos postados em Artemísio, e, julgando tratar-se de unidades persas, foram ao seu encontro. Esse destacamento era comandado por Sandoces, filho de Taumásias, governador de Cime, na Eólia. Sandoces havia sido um dos juízes reais, e Dario mandara pô-lo na cruz, sob a acusação de suborno num julgamento. (Heródoto, *Histories* 7.194.1; Tradução de J. Brito Broca).

A partir dos textos de Heródoto, não é possível precisar ou mesmo identificar a forma exata da crucificação: se as vítimas, ao serem penduradas, já estavam mortas ou ainda vivas: como eram afixadas à cruz: se amarradas com cordas ou presas com cravos, ou ambas; se a cruz era apenas uma estaca, ou havia alguma trave horizontal, ou mesmo uma cruz em forma de “X” (Hengel, 1977, p. 22; Sloyan, 2006, p. 21-22). Parece ser melhor, para evitar uma imagem dessemelhante com a realidade, que se refira à “crucificação” como “suspensão”, de fato, no Mundo Antigo, entre os povos que tinham a prática de suspender e pendurar um condenado, é melhor falar em suspensão, pois isto envolve uma série de modos diferentes de pendurar: enforcar, crucificar, empalar.

Para Sloyan, o único relato detalhado que Heródoto fornece de uma crucificação, foi a crucificação que o general ateniense Xantipo fez ao sátrapa Artaites em face de supostas ofensas religiosas (Sloyan, 2006, p. 22):

Essas ofertas não impressionaram Xantipo. Os habitantes de Eleonte pediam a morte de Artaites para vingar Protesilau, e era essa também a intenção do general ateniense. Crucificaram-no no local

³ Cf. sobre Ctésias: Nichols, 2008.

⁴ “ἀνεσκόπισε” de ἀνασκοπι-ίζω – fixar num poste ou estaca, empalar.

⁵ “ἀνεσταύρωσε” de ἀνασκοπι-ίζω – no período romano: fixar na cruz, crucificar.

onde Xerxes havia mandado construir uma ponte; ou, segundo dizem outros, numa colina acima da cidade de Máditto. Seu filho foi esquartejado ante os seus olhos (Heródoto, *Histories*, 9.120.4; Tradução de J. Brito Broca).

Historiadores gregos e romanos sempre ligaram a crucificação a povos bárbaros (Hengel, 1977, p. 23). Apiano, no Século II d. C., escrevendo sobre as Guerras Mitridáticas, durante a Terceira Guerra Mitridática (cerca de 73-63 a. C.), narra como o rei Pontius Mitridates VI tratou com crueldades os que desertaram do seu exército, que lutava contra Pompeu. No trecho abaixo ele narra como o rei Mitridates tratava os seus desertores (Chapman; Schnabel, 2015, p. 422-423):

Este último [Mitridates] tinha um exército selecionado de suas próprias forças, de 30.000 soldados e 3.000 cavalos, estacionado em sua fronteira; mas, como Lúculo havia recentemente devastado aquela região, o suprimento de provisões era escasso e, por essa razão, muitos de seus homens desertaram. Os desertores que ele pegou, ele crucificou, ou arrancou seus olhos, ou os queimou vivos. Mas, embora o medo da punição diminuísse o número de desertores, a escassez de provisões o enfraqueceu (Apiano, *Mithridatic Wars* 15.97).

Diodoro Sículo (33.15.1, 34/35.12.1) cita exemplos do período helenístico (Hengel, 1977, p. 23-24), dos dois reis de Trácia, o cruel Diëgylis e seus filho Ziselmus:

Quando Attalus entendeu que Diëgylis era odiado por todos os seus súditos por sua crueldade e ganância, ele tomou uma atitude totalmente contrária; e, portanto, depois de ter feito cativos muitos prisioneiros trácios e libertado a todos livremente, muitos espalharam sua fama por sua generosidade e clemência. Quando muitos da nobreza trácia, por ódio a Diëgylis, fugiram para ele, foram gentilmente recebidos; mas Diëgylis, quando soube disso, torturou os reféns deixados por aqueles que haviam fugido com os mais dolorosos tormentos. Muitos destes, que eram muito jovens e de tenra idade, ele os despedaçou, membro por membro, e de outros ele cortou suas mãos, pés e cabeças; alguns ele crucificou, e outros ele pendurou em árvores; muitas mulheres também estavam de braços abertos antes de serem condenadas à morte e prostituídas para a luxúria de todo homem vil, como da maneira mais bárbara ele se entregou a todo tipo de imundície. Assim como isso evidenciava claramente sua crueldade sem paralelos, também comoveu muitos espectadores, que tinham apenas o mínimo senso de humanidade, com pena e comiseração (Diodoro Sículo, *Bibliotheca Historica*, 33.15.1).

12 mas, com violência, arrancou-os do peito da mãe e jogou-os no chão. Não se pode expressar quão vil e imundo, para a satisfação de seus desejos, eles usaram as esposas dos homens na presença de seus maridos. Esses vilões se juntaram a uma multidão de escravos que estavam na cidade. Eles primeiro executaram sua raiva e crueldade contra seus próprios mestres, e então começaram a matar outros (Diodoro Sículo, *Bibliotheca Historica*, 34/35.12.1).

Diodoro Sículo também fala da violência dos celtas:

6 E na busca de seus caminhos selvagens eles manifestam uma impiedade bizarra também com respeito a seus sacrifícios; para seus criminosos eles mantêm prisioneiros por cinco anos e depois empalam em homenagem aos deuses, dedicando-os junto com muitas outras oferendas de primícias e construindo piras de grande tamanho. Os cativos também são usados por eles como vítimas de seus sacrifícios em honra aos deuses. Alguns deles matam da mesma forma, junto com os seres humanos, os animais que são levados na guerra, ou queimá-los ou eliminá-los de alguma outra forma vingativa (Diodoro Sículo, *Bibliotheca Historica*, 5.32.6).

Os vocábulos para a crucificação

Quanto ao vocabulário,⁶ os termos para cruz, crucificação e crucificar, empalar ou suspender (com o sentido de condenação) são ambíguos e variados no mundo de fala grega e latina (Hengel, 1977, p. 24-25; Chapman; Schnabel, 2015, p. 301-310; Chapman, 2008, p. 7-27; Cook, 2014, p. 1-50; Samuelsson, 2011, p. 271-287), além do vocabulário em línguas aramaica e hebraica. Para indicar propriamente a haste vertical, o léxico era variado, usavam-se os vocábulos: *crux* e *σταυρός*; com seus respectivos verbos: *crucifigere* e *σταυρώω*. O uso de *σταυρός* sugere o poste, a estaca, mas pode também sugerir a cruz em forma de “T” (Cook, 2014, p. 5-7). A trave horizontal da cruz era chamada de *partibulum*, que indica uma *pars pro toto* (Cook, 2014, p. 8-10). Mais genericamente usavam-se os vocábulos *lignum* e *xylon*, para indicar o madeiro; para indicar haste, usavam-se *stipes* e *σκόλοψ*, mas nesse caso a ideia é mais de empalar o condenado (Cook, 2014, p. 10-11). Há ainda os verbos suspender: *suspendere* e *κρεμάνυμι*; e pregar *affigere* e *proseloun* (Barbaglio, 2011, p. 502-503; Brown, 2011, p. 98). Os verbos *κρεμάω* e *κρεμάνυμι* têm mais um sentido de suspender ou crucificar (Cook, 2014, p. 11-13). Já os vocábulos *ἀποτυμπανισμός* e *ἀποτυμπανίζω* são mais dúbios e talvez possam significar “ser exposto em uma prancha, em um feixe” (Cook, 2014, p. 13-15). Heródoto, de modo geral, usa *ἀνασκολοπίζω* para vivos e *ἀνασταυρώω* para mortos, embora esses verbos não apareçam juntos (Hengel, 1977, p. 24). Ctésias, por seu turno, usa *ἀνασκολοπίζω* tanto para vivos quanto para mortos (Hengel, 1977, p. 24). O que importa é que as vítimas, vivas ou mortas, eram afixadas a um poste. Hengel informa que depois de Heródoto, ambos os verbos tornaram-se sinônimos (Hengel, 1977, p. 24). Josefo usa o verbo *(ἀνα)σταυρώω*, enquanto Filon prefere o verbo *ἀνασκολοπίζω* (Hengel, 1977, p. 24-25).

Hengel também informa que mesmo entre os romanos, em que parece haver um certo padrão na crucificação, em que a vítima sofria o flagelo (ou o açoite), carregava a estaca ou a trave até o local da crucificação e era afixada à estaca pelos braços, a forma da crucificação ainda é incerta, afirmando que o gosto do carrasco definia a forma da crucificação (Hengel, 1977, p. 25):⁷

A crucificação foi uma punição em que o capricho e o sadismo do executor tinham rédeas livres. Todas as tentativas de dar, arqueologicamente, uma descrição perfeita à crucificação são, portanto, vãs; havia muitas possibilidades diferentes para o carrasco (Hengel, 1977, p. 25).

O vocábulo latim *furca* poderia ter algumas formas Y, V, ou até a forma de *∨-shape*, onde o criminoso era pendurado (Cook, 2014, p. 37-44). O vocábulo *furcifer* é um tipo de garfo que o condenado carrega preso ao pescoço pelas ruas da cidade, como advertência a não cometer um determinado crime mais brando, mas nem por isso menos punitivo (Cook, 2014, p. 44-45). A penalidade de *arbor infelix* não é uma crucificação, embora a pessoa seja afixada numa árvore, mas nesse caso ela é flagelada, enquanto suas mãos estão amarradas para trás (Cook, 2014, p. 45-48).

Em hebraico, há a raiz verbal *hlt*, e em aramaico, a raiz verbal *blu*. A frase hebraica *Ue-le [wta] hlt*, no contexto egípcio, deve ter o sentido de crucificação em Gênesis 40.19,22. O verbo *hlt* significa basicamente “pendurar”, pendurar alguma coisa em algum lugar, por exemplo, pendurar objetos numa estaca (Is 22.24 e Ez 15.3), pendurar armas na parede (Ez 27.10 e Ct 4.4), uma lira na árvore (Sl 137.2). Outros

⁶ Para esta parte usamos de forma livre com modificações para da TESE:

⁷ Veja o que Hengel diz: “crucifixion was a punishment in which the caprice and sadism of the executioners were given full rein. All attempts to give a perfect description of **the** crucifixion in archaeological terms are therefore in vain; there were too many different possibilities for the executioner” (HENGEL, 1977, p. 25).

usos mais específicos para o sentido de pendurar um condenado podem ser encontrados em Lamentações 5.12 (nifal) e 2 Samuel 4.12, 18.10.⁸ O aramaico *blu* é encontrado no Targum de Rute 1.17, numa lista de punições para crimes graves, em que a expressão *בַּתְּלִיָּץ אֶרְבֵּי* deve ter o sentido de ser empalado ou crucificado (Chapman, 2008, p. 13-30). A suspensão, o pendurar, pode ainda significar ser enforcado num madeiro, neste caso, geralmente uma árvore, como acontecia nos ambientes hebreus.

A forma da crucificação também era muito variada no Mundo Antigo (Hengel, 1977, p. 24; Chapman; Schnabel, 2015, p. 310-322; Chapman, 2008, p. 7-27; Samuelsson, 2011, p. 287-297). O condenado poderia ter os braços amarrados à cruz com corda, e mais raramente pregados, mas mesmo se pregados, também seriam amarrados (Barbaglio, 2011, p. 503). Na haste vertical era fixado um pequeno estrado com a finalidade de dar algum suporte ao crucificado, a fim de que ele não morresse repentinamente por asfixia. Este estrado podia apoiar as nádegas ou os pés; os pés geralmente seriam fixados com pregos (Barbaglio, 2011, p. 503).⁹ Também uma árvore, ou um tronco mais forte eram suficientes para a crucificação. Assim, as formas da cruz são também diversificadas. A mais comum era a trave horizontal fixada em cima de uma trave vertical em forma de T (*crux commissa*) – compunha-se de uma trave vertical previamente fincada ao chão (no local das crucificações) e, de uma haste horizontal, que geralmente era carregada pelo condenado à crucificação, à qual seria amarrado ou pregado, para então os soldados afixarem a trave horizontal na vertical e formar o T –; ou também da forma de um † (*crux immissa*) (Barbaglio, 2011, p. 503; Brown, 2011, p. 101-102; Barbet, 1998, p. 50-57). Havia também a cruz em forma de X (*crux decussata*, torta) (Brown, 2011, p. 101).¹⁰ Além de a forma da crucificação ser muito variada, também é difícil fazer uma distinção muito clara se as vítimas eram crucificadas ainda vivas ou se eram penduradas já depois de mortas. Também não há uma forma precisa de determinar, pelos relatos antigos, quando eram crucificadas ou empaladas, se crucificadas, se eram amarradas ou afixadas com cravos, nem mesmo quanto à forma da cruz utilizada (Hengel, 1977, p. 24-26).¹¹ Justo Lúpsio, na sua obra *De Cruce*, traz várias imagens diferentes para essa penalidade. Sêneca fala de várias formas de crucificação:

Vejo diante de mim cruces não todas iguais, mas feitas de forma diferente por diferentes povos: alguns penduram um homem de cabeça para baixo, alguns forçam um pedaço de pau para cima em sua virilha, alguns estendem seus braços em uma forca bifurcada. Eu vejo cordas, açoites e instrumentos de tortura para cada membro e cada junta: mas eu vejo a morte também. Existem inimigos sanguinários, existem compatriotas dominadores, mas onde eles estão eu vejo a morte também (Sêneca, *Dialogue* 6.20.3 – *De Consolatione ad Marcion*, 20.3).

⁸ YOUNGBLOOD, 2512 *hlt* (tâla) pendurar, enforcar; *In*: Harris; Archer Jr; Waltke, 1998, p. 1641-1642.

⁹ Cf. nesta mesma página que os suportes/estrados para os pés (*suspendaneum*) são posteriores ao século III; cf. também em BROWN, 2011, p. 106, ele acrescenta os nomes destes suportes: “*sedile* – assento, *pegma* – alguma coisa fincada”.

¹⁰ Com relação a esta cruz, Barbet afirma que não era conhecida até o Século X: “Quanto à cruz de Sto. André, em X, não era conhecida pelos autores antigos. A primeira menção que dela se faz é do século X, e a primeira imagem, do século XIV.” (Barbet, 1998, p. 52).

¹¹ Cf. Brown: “O termo ‘cruz’ prejudica nosso entendimento, pois dá a imagem de duas linhas que cruzam uma à outra. Nem o grego *stauros*, nem o latim *crux* tem necessariamente esse sentido; ambas referem-se a uma estaca nas quais a pessoa eram ligadas de várias maneiras: empaladas, enforcadas, pregadas e amarradas. O uso de uma estaca para empalar normalmente matava a vítima instantânea ou rapidamente. O uso de uma estaca ou um poste para crucificar normalmente provocava uma morte lenta, pois nenhum órgão vital era perfurado”. BROWN, 2011, p. 98.

Os flagelos como parte do processo de crucificação

Os flagelos eram comuns como parte da pena aplicada aos crucificados, porém, também eram comuns como penas alternativas para vários crimes, mesmo que não fossem seguidos de crucificação; sendo uma das formas de violência mais comuns no Mundo Antigo, o flagelo era aplicado em várias ocasiões e com vários propósitos distintos. A literatura antiga guardou abundante material sobre a flagelação e tortura no Mundo Antigo. A crucificação era, geralmente, precedida de um flagelo, que assumia várias formas de tortura além do açoite; Cohn afirma categoricamente que “Segundo a lei romana, a flagelação era automaticamente incluída em toda sentença de morte” (Cohn, 1994, p. 210).¹² Segundo Sloyan, a crucificação era o derradeiro ato de atrocidade contra a vítima, já desfalecente: “O açoitamento, normalmente, precedia a crucificação entre os romanos, como também entre os cartagenenses. Isso enfraquecia as vítimas a tal ponto que seu tempo na cruz era abreviado” (Sloyan, 2006, p. 23-24; Barbet, 1998, p. 57-59).¹³

Os flagelos foram uma forma de amedrontar e punir, além da crucificação, isto é, a crucificação, embora fosse a pena capital (junto com a incineração e as bestas feras), não era, isoladamente, a única violência à qual a vítima estava exposta. Josefo narra como a crucificação era cruel, precedida de um grave flagelo, que ainda era acompanhada por várias outras torturas e mortes, ao falar de Antíoco IV Epifanes, em 167 a. C.:

E de fato muitos judeus haviam obedecido às ordens do rei, seja voluntariamente, seja por medo da pena que foi denunciada. Mas os melhores homens, e aqueles das almas mais nobres, não o consideravam, mas prestavam maior respeito aos costumes de seu país do que preocupação quanto ao castigo que ele ameaçava aos desobedientes; em razão disso, todos os dias passavam por grandes misérias e amargos tormentos; pois foram açoitados com varas e seus corpos foram despedaçados e foram crucificados enquanto ainda estavam vivos e respiravam. Eles também estrangularam aquelas mulheres e seus filhos que haviam circuncidado, como o rei havia designado, pendurando seus filhos ao redor do pescoço como estavam nas cruces. E se algum livro sagrado da lei foi encontrado, ele foi destruído, e aqueles com quem foram encontrados miseravelmente pereceram também (Josefo, *Antiquitates Judaicae* 12.255-256).

Os estudiosos, geralmente, admitem que este trecho de Josefo tenha como fonte 1 Macabeus 1.20-64 (Chapman, 2008, p. 47-49). O contexto indica que Antíoco Epifânio ordenara que os ritos do Templo fossem interrompidos, que cessassem as circuncisões, que os rolos da Torá fossem destruídos e que se iniciassem sacrifícios idólatras, com punições para aqueles que desobedecem. No entanto, nas punições mencionadas em 1 Macabeus 1.60-61, não se menciona a crucificação, mas sugerem que foram enforcados:

¹² Para justificar essa afirmação ele cita Tito Lívio, *Ab Urbs Condita* 34, 26, na Nota 1, sem especificar os capítulos (cf. p. 392).

¹³ Para um estudo detalhado da “flagelação” consultar: COHN, 1994, p. 210-225. Dentre as várias formas de tortura no mundo antigo havia uma bastante severa que era chamada de *eculeius* ou *equuleius* – cavalo de madeira – uma forma de tortura descrita por Scott (1959, p. 169). Este tipo de tortura – *quaestio* – para obter confissão ou testemunho foi aplicada na Grécia e Roma antigas a escravos apenas, mas como forma de punição foi aplicada a qualquer pessoa, seja escravo ou livre. (SCOTT, 1959, p. 44). No *Codex Theodosius* 9.6.6 há a recomendação de tortura para extrair a confissão dos inimigos da humanidade: feiticeiros, adivinhos mágicos e astrólogos: “Se ele for condenado por seu crime, e mediante negação se opuser a revelá-lo, será entregue ao cavalo de tortura, garras de ferro lhes rasgarão os flancos e sofrerá punição digna do seu crime”. (*Codex Theodosius* 9.6.6 Trad. de COHN, 1994, p. 393).

As mulheres que haviam circuncidado o filho eram – de acordo com o decreto – punidas de morte, como os filhinhos suspensos ao pescoço, bem como os seus parentes e os que haviam operado a circuncisão (1 Macabeus 1.60-61 TEP).

Quando da Guerra Judaica, Josefo afirma que os judeus revoltosos eram flagelados e depois crucificados: “Foram presos também muitos dos moderados e conduzidos perante Florus, que depois de tê-los feito flagelar, os crucificou” (*De Bello Judaico* 2.306); e ainda: “Eram flagelados, e depois de ter padecido todo tipo de suplícios antes de morrer, eram crucificados em frente às muralhas” (*De Bello Judaico* 5.449; *De Bello Judaico* 2.308).

Em um texto literário de Luciano de Samosata, grande satírico grego, fala da expectativa de que a crucificação fosse precedida de flagelo e outras violências (Barbaglio, 2011, p. 505):

Aristóteles, mais uma corrida. Lá! O bruto é pegado; nós temos você, vilão. Em breve você saberá um pouco mais sobre os personagens que atacou. Agora, o que devemos fazer com ele? Deve ser uma execução bastante elaborada, para atender a todas as nossas reivindicações sobre ele; ele deve uma morte separada a cada um de nós.

Outro: Empale ele, eu digo.

Outro: Sim, mas açoite-o primeiro.

Outro: Arranque seus olhos.

Outro: Ah, mas primeiro com a língua ofensiva.

Soc. O que você diz, Empédocles?

Emp. Oh, jogue-o em uma cratera; isso o ensinará a difamar seus superiores.

Pl. Era o melhor para ele, como Orfeu ou Penteu, para que encontre a morte em pedaços na rocha; então cada um pode ter levado um pedaço para casa com ele (Luciano de Samósata, *Piscator* 2).

Pagola afirma que

“era normal combinar o castigo básico da crucificação com humilhações e tormentos diversos. [...] Não é estranho mutilar o crucificado, vazar-lhe os olhos, queimá-lo, flagelá-lo ou torturá-lo de diversas formas antes de pendurá-lo na cruz. A maneira de levar a cabo a crucificação prestava-se sem mais ao sadismo dos verdugos” (Pagola, 2014, p. 464-465).

Platão, ao escrever *Górgias*, deixa claro que havia uma grande expectativa de que a crucificação era precedida de vários tipos de tortura. Sócrates dirigiu-se a Polus e disse que os que sofriam o flagelo eram mais felizes que os que escapavam dos tormentos; em resposta, Polus descreve várias torturas sofridas pelos condenados, mas discorda de Sócrates (Chapman; Schnabel, 2015, p. 461-463):

...

Sócrates

Possivelmente. Mas você disse, por outro lado, que os malfeitores ficam felizes se não pagarem nenhuma penalidade.

Polo

Certamente.

Sócrates

Enquanto eu digo que eles são os mais miseráveis, e aqueles que pagam a pena, menos. Você deseja refutar isso também?

... (Platão, *Górgias*, 473b)

Polo

O que você quer dizer? Se um homem for pego criminosamente conspirando para se tornar um déspota, e ele for imediatamente colocado na tortura e castrado e ter seus olhos queimados, e depois de sofrer e ver infligido à sua esposa e filhos, uma série de tormentos dolorosos de todo tipo, ele será finalmente crucificado ou queimado em um casaco de piche, ele será mais feliz do que se escapasse e se tornasse déspota, e passasse sua vida como governante em sua cidade, fazendo o que quisesse, e invejado e parabenizado pelo cidadãos e estrangeiros, além disso? (Platão, *Gorgias* 473c).

Platão, em outro texto, *Republic*, no famoso tema do “sofredor inocente”, Glaucon compara o homem completamente injusto com o completamente justo: o injusto, em face da sua inescrupulosidade, adquire riquezas e poder, o que lhe confere um ar de justiça enquanto o outro será tido por injusto, mesmo não o sendo. Glauco diz então (Chapman; Schnabel, 2015, p. 459-461):

O que dirão é o seguinte: que tal sendo a sua disposição, o justo terá de suportar o açoite, a tortura, as correntes, o ferro em brasa nos olhos e, finalmente, após cada extremidade de sofrimento, será crucificado, e assim aprenderá sua lição de que não ser, mas parecer justo, é o que devemos desejar (Platão, *Republic* 361e-362a).

Isto indica, num texto literário em prosa, como havia, no Mundo Antigo, a expectativa da tortura antes da crucificação.

Justiniano afirma que muitos morrem enquanto são torturados: “Nem ninguém deveria ser condenado à morte por açoitamento, açoitamento ou tortura, embora muitos morrem enquanto são torturados” (Justiniano, *Digesta* 48.19.8.3). Enquanto Fílon fala que depois de serem torturados, aí somente é que são crucificados: “depois de todas as torturas antecedentes, eram crucificados” (Fílon, *In Flaccum* 72), sendo a crucificação a punição máxima. Dionísio de Halicarnasso também testemunha que antes de as vítimas serem crucificadas, eram flageladas: “depois de serem atormentados com chicotes e torturas, todos foram crucificados” (Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates Romanae* 5.51.3). Diodoro Sículo, contando como Perdicas, depois de derrotar o rei Ariarathes, torturou e crucificou os seus parentes: “Ora. O rei [Perdicas] e todos os seus parentes foram torturados e crucificados” (Diodoro Sículo, *Bibliotheca Historica*, 18.16.3).

Cássio Dio fala da forma tirana pela qual Tarquin, o Orgulhoso, tratou os senadores:

Entre outras ações decididamente tirânicas de si mesmo e de seus filhos, uma vez ele amarrou alguns cidadãos nus a estacas no próprio Fórum e diante dos olhos dos cidadãos, e os açoitou até a morte

com varas. Essa punição, inventada por ele naquela época, muitas vezes foi infligida (Cássio Dio, *Historiae Romanae* 2.11.6).

Os imperadores de Roma foram vertiginosos em infringir tortura e atrocidades das quais resultava a morte das vítimas, às vezes, sem nenhuma acusação formal ou crime real. Os relatos de Suetônio são reveladores deste tipo de violência, que parece ter sido muito comum nos dias antigos. Suetônio narra a reação de Nero, quando ele foi considerado inimigo de Roma, e soube que a pena era ser flagelado até à morte:

2 Enquanto isso, as cartas sendo trazidas por um servo pertencente a Phaon, ele as arrancou de sua mão, e lá leu: “Que ele havia sido declarado inimigo pelo Senado, e que a busca estava sendo feita por ele, para que pudesse ser punido de acordo com o antigo costume dos romanos.” Ele então perguntou que tipo de punição era; e sendo informado de que a prática era despir o criminoso e açoitá-lo até a morte, enquanto seu pescoço estava preso a uma estaca bifurcada, ele ficou tão apavorado que pegou duas adagas que trouxera consigo, e depois de sentir as pontas de ambos, coloque-as novamente, dizendo: “A hora fatal ainda não chegou” (Suetônio, *De Vita Caesarum, Nero* 49.2).

O filho do imperador Tibério César morreu envenenado no ano 23 d. C. O Imperador, no entanto, pensava que seu filho havia morrido de uma enfermidade. Ao descobrir a verdade desencadeou uma chacina para descobrir os culpados:

Exasperado com as informações que recebeu a respeito da morte de seu filho Druso, ele levou sua crueldade ainda mais longe. Ele imaginou que morrera de uma doença ocasionada por sua intemperança; mas descobrindo que havia sido envenenado pelo artifício de sua esposa Livila, e Sejano, ele não poupou ninguém da tortura e da morte. Ele estava tão inteiramente ocupado com o exame deste caso, por dias inteiros juntos, que, ao ser informado de que a pessoa em cuja casa ele havia se hospedado em Rodes, e que ele tinha por carta amiga convidada a Roma, chegou, ele ordenou que fosse imediatamente submetida à tortura, como parte interessada no inquérito. Ao descobrir seu erro, ordenou que fosse condenada à morte, para que não publicasse o dano que lhe causou. O local da execução ainda é mostrado em Capri, onde ordenou que os condenados à morte, depois de longas e delicadas torturas, fossem lançados, diante de seus olhos, de um precipício ao mar. Lá, um grupo de soldados pertencentes à frota esperava por eles e quebrou seus ossos com varas e remos, para que não lhes restasse qualquer vida (Suetônio, *De Vita Caesarum, Tiberius* 62).

Suetônio narra trechos de extrema crueldade de Calígula, que torturava e matava sem piedade, ou melhor, por sádico prazer:

[32] Mesmo no meio de suas diversões, enquanto jogava ou festejava, essa ferocidade selvagem, tanto em sua linguagem quanto em suas ações, nunca o abandonou. Muitas vezes as pessoas eram torturadas em sua presença, enquanto ele jantava ou festejava. Um soldado, adepto da arte da decapitação, costumava tirar as cabeças dos presos trazidos para esse fim. Em Puteoli, na dedicação da ponte que ele planejou, como já mencionado, ele convidou várias pessoas a irem até ele da costa e, de repente, as jogou de cabeça no mar; derrubando com varas e remos aqueles que, para se salvarem, haviam se apoderado dos lemes dos navios. Em Roma, em uma festa pública, um escravo tendo roubado algumas finas placas de prata com as quais os sofás estavam embutidos, ele o entregou imediatamente a um carrasco, com ordens de cortar suas mãos e conduzi-lo ao redor dos convidados, com eles pendurados do pescoço antes do peito, e uma etiqueta, significando a causa de sua punição. Um gladiador que estava praticando com ele e voluntariamente se jogou a seus pés, ele esfaqueou com um punhal, e então correu com um ramo de palmeira na mão, como os que vencem nos jogos [33] Entre muitas outras piadas, esta foi uma: Enquanto estava ao lado da estátua de Júpiter, ele perguntou a Apeles, o trágico, qual deles ele achava que era o maior? Ao se opor a isso, ele

o açoitava com mais severidade, de vez em quando elogiando sua voz enquanto ele implorava por misericórdia, como sendo bem modulado mesmo quando ele estava desabafando sua dor. Sempre que beijava o pescoço de sua esposa ou amante, ele dizia: “Uma garganta tão bonita deve ser cortada sempre que por favor”; e de vez em quando ameaçava torturar sua querida Cesônia, para que descobrisse por que a amava com tanta paixão (Suetônio, *De Vita Caesarum, Caligula* 32-33).

Suetônio também mostra as violências e torturas de Domiciano:

Mas ele não perseverou por muito tempo nessa conduta de clemência e justiça, embora tenha caído antes na crueldade do que na avareza. Ele matou um erudito de Paris, o pantomímico, embora menor e depois doente, apenas porque, tanto em pessoa como na prática de sua arte, ele se parecia com seu mestre; como ele fez também Hermogenes de Tarso para algumas reflexões oblíquas em sua História; crucificar, além disso, os escribas que copiaram a obra. [...] muitos deles ele torturou com uma nova tortura inventada, inserindo fogo em suas partes privadas; e de alguns ele cortou suas mãos (Suetônio, *De Vita Caesarum, Domitianus* 10).

Suetônio conta como Cláudio ficava impaciente para ver a tortura e a morte das vítimas:

Sua disposição cruel e sanguinária foi exibida em ocasiões grandes e triviais. Quando qualquer pessoa devia ser submetida à tortura, ou criminoso punido por parricídio, ficava impaciente com a execução e queria que fosse executada em sua própria presença. Quando ele estava em Tibur, desejoso de ver um exemplo da velha maneira de condenar malfeitores à morte, alguns foram imediatamente amarrados a uma estaca para esse propósito; mas não havendo nenhum carrasco no local, mandou chamar um de Roma e esperou sua vinda até a noite. Em qualquer exibição de gladiadores, apresentada por ele mesmo ou por outros, se algum dos combatentes por acaso caísse, ele ordenava que fossem massacrados, especialmente os Retiaii, para que pudesse ver seus rostos nas agonias da morte (Suetônio, *De Vita Caesarum, Divus Claudius* 34).

Nero cometeu várias crueldades como relata Suetônio:

[37] A partir deste período, ele massacrou, sem distinção, todos os que seu capricho sugeria como objetos de sua crueldade; e com as pretensões mais frívolas. (...) Havia naquela época um egípcio de apetite muito voraz, que digeriu carne crua ou qualquer outra coisa que fosse dada a ele. Foi relatado com credibilidade que o imperador estava extremamente desejoso de fornecer-lhe homens vivos para rasgar e devorar. Exultante com seu grande sucesso na perpetração de crimes, declarou ele. “que nenhum príncipe antes dele jamais soube a extensão de seu poder” (Suetônio, *De Vita Caesarum, Nero* 37).

Suetônio e Tácito narram que Nero assassinou sua esposa Poppea Sabina com um chute quando ela estava grávida, violência da mais insana e cruel:

[3] Casou-se com Popéia doze dias após o divórcio de Otávia, por quem nutria um grande afeto; no entanto, matou-a com um pontapé que lhe deu quando ela estava grávida e com problemas de saúde, só porque o culpou por ter regressado tarde da sua carruagem. Tinha com ela uma filha, Claudia Augusta, que morreu quando ainda era criança (Suetônio, *De Vita Caesarum, Nero* 35.3).

Após a conclusão dos jogos, Poppea morreu por causa de uma explosão casual de raiva em seu marido, que a derrubou com um chute quando ela estava grávida (Tácito, *Annales* 16.6).

Esses relatos – históricos, filosóficos e literários – do Mundo Antigo mostram o quão trivial eram as torturas, a flagelação e condenação de vítimas, pelos motivos mais banais ou pelo bel prazer do

governante. A tortura era aplicada tanto nas condenações quanto em casos que nem estavam em um julgamento formal. Se assim era, a flagelação num julgamento formal seria muito mais esperada.

Pilatos, para construir um aqueduto, tomou à força o dinheiro do Templo de Jerusalém; isto resultou num movimento da população contra ele. Ele então armou um arдил e, fruto disto, flagelou uma grande quantidade de judeus que morreram da ferocidade dos flagelos:

Depois disso, ele levantou outro distúrbio, gastando aquele tesouro sagrado que é chamado Corban em aquedutos, por meio do qual ele trouxe água a uma distância de quatrocentos estádios. Com isso a multidão ficou indignada; e quando Pilatos chegou a Jerusalém, eles se aproximaram de seu tribunal e fizeram um clamor contra ele. Agora, quando ele foi informado de antemão desta perturbação, ele misturou seus próprios soldados em suas armaduras com a multidão, e ordenou-lhes que se ocultassem sob os hábitos de homens particulares, e não de fato para usar suas espadas, mas com seus cajados para derrotar aqueles isso fez o clamor. Ele então deu o sinal de seu tribunal [para fazer o que ele havia ordenado]. Ora, os judeus foram espancados tão tristemente, que muitos deles pereceram pelos açoites que receberam, e muitos deles morreram pisoteados por si próprios; por meio do qual a multidão ficou surpresa com a calamidade daqueles que foram mortos e ficaram calados (Josefo, *De Bello Judaico libri vii* 175-177 – 2.9.4).

Tito Lívio narra como Anibal, após perceber que o seu guia havia errado o caminho e o conduzido para muito longe de onde ele queria estar, ordenou a flagelação e crucificação do guia: “O guia foi açoitado e crucificado para causar terror nos outros” (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita* 22.13.9).

Hengel argumenta que os flagelos infligidos antes da crucificação tinham a função de enfraquecer a vítima e com isso encurtar o tempo de vida depois da crucificação, o que encurtava o sofrimento do condenado (HENGEL, 1977, p. 28-29); e já no tempo de Constantino, algumas vezes o enforcamento substituía a crucificação, como uma pena mais humana, segundo Isidoro de Sevilha:

34. O *patibulum* é comumente chamado de força (*furca*), como se estivesse “apoiando a cabeça” (*ferre caput*), pois pendurado em uma força causa a morte por estrangulamento; mas o patíbulo é um castigo menor do que a cruz. O patíbulo mata imediatamente os que nele estão pendurados, mas a cruz atormenta os que estão pregados nela há muito tempo; de onde, no Evangelho, as pernas dos ladrões foram quebradas, para que morressem e fossem tirados da cruz antes do sábado, porque os pendurados na cruz não podiam morrer rapidamente (Isidoro de Sevilha, *Etymologia*, 5.27.34).

O *titulus crucis*

O título colocado sobre a vítima da crucificação era algo comum, mas quando a quantidade de vítimas era grande, acredita-se que não era usado. O *titulus crucis* era uma pequena tábua escrita com a acusação da vítima. Suetônio atesta esta prática em *De Vita Caesarum*, em que o condenado, um escravo, havia roubado uma placa, e foi conduzido pela cidade com uma plaquinha pendurada indicando a causa da sua punição, por ordem de Calígula (BARBAGLIO, 2011, p. 503-504):

Em Roma, em uma festa pública, um escravo tendo roubado algumas finas placas de prata com as quais os sofás estavam embutidos, ele o entregou imediatamente a um carrasco, com ordens de cortar suas mãos e conduzi-lo ao redor dos convidados, com eles pendurados do pescoço antes do peito, e uma etiqueta, significando a causa de sua punição. (Suetônio, *De Vita Caesarum*, *Caligula* 32.2).

E também de um pai de família da Trácia, condenado a ser devorado pelos cães, por Domiciano:

Mas ele não perseverou por muito tempo nessa conduta de clemência e justiça, embora tenha caído antes na crueldade do que na avareza. Ele matou um erudito de Paris, o pantomímico, embora menor e depois

doente, apenas porque, tanto em pessoa como na prática de sua arte, ele se parecia com seu mestre; como ele fez também Hermogenes de Tarso para algumas reflexões oblíquas em sua História; crucificar, além disso, os escribas que copiaram a obra. Aquele que era mestre de um bando de gladiadores, por acaso dizendo, “que um Thrax era páreo para um Marmillo, mas não para o exibidor dos jogos”, ordenou que fosse arrastado dos bancos para a arena, e exposto aos cães, com este rótulo sobre ele, “Um parmulhar culpado de falar impiedosamente” (Suetônio, *De Vita Caesarum, Domitianus*, 10.1).

Cássio Dio fala de um homem escravizado que foi conduzido por meio do foro (Barbaglio, 2011, p. 504):

de qualquer maneira, quando o pai de Caepio libertou um dos dois escravos que acompanhavam seu filho em sua fuga porque este escravo queria defender seu jovem amo quando este encontrou a morte, mas no caso do segundo escravo, que abandonou o filho, o conduziu pelo meio do Fórum com uma inscrição dando a conhecer o motivo pelo qual foi condenado à morte, e depois o crucificou (Cássio Dio, *Historiae Romanae*, 54.3.7).

Tertuliano fala assim dos cristãos condenados no Império: “*Denique quid de tabella recitatis illum Christianum?*” “Quando na tabuinha ledes esta inscrição – cristão” (Barbaglio, 2011, p. 504):

Por isso somos torturados quando confessamos, punidos quando perseveramos e absolvidos quando negamos, porque é uma guerra por um nome. Finalmente, quando na tabuinha se lê a acusação: cristão? Por que não um assassino também, se um cristão é um assassino? (...) Se ‘cristão’ não é o nome de nenhum crime, é muito absurdo que haja crime apenas no nome (Tertuliano, *Apologeticum*, 2.19-20).

E Eusébio de Cesareia faz a mesma referência: “οὗτός ἐστιν Ἀτταλος ὁ Χριστιανός,” (Barbaglio, 2011, p. 504):

Ele foi conduzido ao redor do anfiteatro e um cartaz foi levado diante dele, no qual estava escrito em latim: “Este é Attalus, o cristão” (Eusébio de Cesareia, *Historia Ecclesiastica* 5.1.44).

A crucificação como forma violenta de matar no Mundo Antigo

A crucificação sempre deveria acontecer em local público, de preferência alto e visível, ou nas ruas e estradas. A crucificação poderia também ser feita no mesmo local em que o criminoso praticara seu delito; em Roma havia até um lugar próprio para isto, a *Colina Esquilino*. A crucificação tornou-se tão comum no Império Romano, que, Segundo Sêneca, havia um lugar especial para crucificar em Roma, a *Colina Esquilino (campus esquilinus)*: “Ele foi arrastado para um local destinado à execução de escravos” (Sêneca, *Annales* 15.60.1).

Josefo também fala do número incontável de crucificados, por exemplo, na Guerra Judaica, o exército de Tito crucificava os judeus que eram capturados:

Quando eles iam ser capturados [pelos romanos], eles foram forçados a se defender, e depois que lutaram, pensaram que era tarde demais para fazer qualquer súplica por misericórdia: então eles foram primeiro açoitados e depois atormentados com todos os tipos de torturas, antes de morrerem e depois serem crucificados diante da muralha da cidade. (...) ‘Então os soldados, por causa da raiva e do ódio que carregaram os prisioneiros, pregaram aqueles que pegaram, em posturas diferentes, nas cruzes, como que de brincadeira; e seu número era tão grande que não havia espaço suficiente para as cruzes e nem cruzes suficientes para os corpos. (Josefo, *De Bello Judaico* 5.449-451).

Nero, depois do incêndio de Roma, passou a perseguir os cristãos, e os tratou com crueldade, como fala Tácito:

Zombaria de todo tipo foi adicionada às suas mortes. Cobertos com peles de feras, eles foram rasgados por cães e pereceram, ou foram pregados em cruces, ou foram condenados às chamas e queimados, para servir como uma iluminação noturna, quando a luz do dia terminasse (Tácito, *Annals*, 15.44.4).

Segundo Hengel não se deve descartar a possibilidade de que os cristãos foram crucificados primeiro e depois incinerados, pois a crucificação era a punição básica aplicada pelos romanos (Hengel, 1977, p. 26-27).

A crucificação era, no período romano, a pena preferida para os crimes classificados como *crimen laesae maiestatis*, ou seja, crimes de revoltas políticas. Tito Lívio narra que nos casos de sedição política os criminosos condenados eram crucificados, ao mesmo tempo em que a dissuasão é recompensada; Tito Lívio fala como Scipio punia os desertores do exército romano durante a Segunda Guerra Púnica:

Vinte e cinco escravos que haviam formado uma conspiração no Campus Martius foram crucificados (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita* 22.33.2).

“Os desertores foram tratados mais severamente do que os escravos fugitivos, cidadãos latinos eram decapitados, romanos crucificados” (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, 30.43.13).

Um grupo de conspiradores foi derrotado em batalha aberta e muitos deles foram mortos ou feitos prisioneiros; os líderes foram açoitados e crucificados; os outros enviados de volta para seus mestres (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita* 33.36.3).

A lei romana que tratava da traição contra o Estado, a *Lex Julia Maiestatis*, era muito ampla e, portanto, permitia que quase qualquer ação ou pessoa fosse acusada de traição como se pode observar em Justiniano:

O crime de traição é aquele que é cometido contra o povo romano ou contra a sua segurança. Ele é o responsável, por cuja agência um plano é formado com intenção maliciosa para matar reféns sem o comando do imperador; ou que homens armados com armas ou pedras deveriam estar, ou deveriam se reunir, dentro da cidade contra os interesses do estado, ou deve ocupar lugares ou templos; ou que deveria haver uma assembleia ou reunião ou que os homens deveriam ser convocados para propósitos sediciosos; ou por cuja agência um plano é formado com intenção maliciosa para matar qualquer magistrado do povo romano, ou qualquer pessoa que detenha *imperium* ou poder; ou que qualquer um deveria usar armas contra o estado; ou que envia um mensageiro ou cartas aos inimigos do povo romano, ou lhes dá uma senha, ou faz qualquer coisa com intenção maliciosa por meio da qual os inimigos do povo romano podem ser ajudados em seu conselho contra o Estado; ou que persuade ou incite as tropas a fazerem uma rebelião ou tumulto contra o Estado (Justiniano, *Digesta* 48.4.1.1 – *Lex Iulia de Maiestate / Lex Julia Maiestatis*).

E também é percebida em Cícero:

...Mas o fato é que *maiestas* (a despeito de Sila) são de natureza tão vaga que permitem a denúncia segura de qualquer pessoa: enquanto suborno é uma palavra de significado tão definido que tanto a acusação quanto a defesa devem ser desacreditáveis... (Cícero, *Epistulae ad Familiares* 3.11.2).

Isto fazia com que uma grande gama de ações pudesse ser interpretada como *crimen laesae maiestatis*, assim, não foi difícil enquadrar Jesus no crime de sedição política, acusando-o de ser “o rei dos judeus” – “ὁ βασιλεὺς τῶν Ἰουδαίων” (Mc 15.26).

Paulo Orósio também coloca a pena de crucificação como punição por crime de revolta política, quando conta como os romanos puseram fim a uma rebelião de pessoas escravizadas:

[4] 4 Além disso, o contágio da Guerra dos Escravos que havia surgido na Sicília infectou muitas províncias por toda a parte. Em Minturnae, os romanos crucificaram quinhentos escravos, e em Sinuessa, Q. Metellus e Cn. Servilius Caepio oprimiu cerca de quatro mil escravos (Paulo Orósio, *Historiarum Adversum Paganos Libri VII* 5.9.4).

Na guerra entre Spartacus e Crasso, depois de Spartacus crucificou um prisioneiro romano, um soldado, entre os dois acampamentos, como advertência ao seu exército, de como seria tratados, caso perdessem a guerra: “Ele também crucificou um prisioneiro romano no espaço entre os dois exércitos para mostrar aos seus próprios homens qual o destino que os esperava se não conquistassem” (Apiano, *Bella Civilia* 1.119). Os detalhes são vários, mas decidiu Spartacus atacar Crasso, mas foi derrotado, e cerca de seis mil de seus soldados foram perseguidos por Crasso e crucificados:

A batalha foi longa e sangrenta, como era de se esperar com tantos milhares de homens desesperados. Spartacus foi ferido na coxa com uma lança e caiu sobre os joelhos, segurando o escudo à sua frente e lutando desta forma contra seus agressores até que ele e a grande massa daqueles com ele fossem cercados e mortos. A perda romana foi de cerca de 1000. O corpo de Spartacus não foi encontrado. Um grande número de seus homens fugiu do campo de batalha para as montanhas e Crasso os seguiu até lá. Eles se dividiram em quatro partes e continuaram lutando até que todos morreram, exceto 6.000, que foram capturados e crucificados ao longo de toda a estrada de Cápuia a Roma (Apiano, *Bella Civilia* 1.120)

Hengel fala que Sêneca fez uma descrição do horror da cruz ao dizer que qualquer morte é melhor que a morte de cruz:

[14] Alguém pode ser encontrado que preferiria morrer de dor, membro por membro, ou deixar sua vida sair gota a gota, em vez de morrer de uma vez por todas? Pode alguém ser encontrado disposto a ser preso à árvore amaldiçoada, há muito doente, já deformado, inchando com tumores feios no peito e nos ombros, e respirar a vida em meio à agonia prolongada? Acho que ele teria muitas desculpas para morrer antes mesmo de subir na cruz! (Sêneca, *Ad Lucilium Epistulae Morales* 101.14).

Para Sêneca, a crucificação é o ápice de uma série de tormentos: “ordenou a um derramar seu próprio sangue pela mão parricida de seu filho, outra para ter sua garganta real cortada pela mão de um escravo, outra para esticar seus membros na cruz” (Sêneca, *De Ira* 1.2.2). Em outro trecho, ele fala da crucificação como uma série de práticas não menos cruéis e torturantes: “o cavalo de tortura, a corda, a masmorra e a cruz, os fogos acesos em torno dos corpos enterrados dos homens, o gancho que arrasta tanto homens vivos quanto cadáveres, os diferentes tipos de grilhões e de punições, as mutilações de membros, a marcação da testa, os covis de animais selvagens” (Sêneca, *De Ira* 3.3.6). Apuleio relata que as entranhas do crucificado deveriam ser devoradas por animais selvagens: “o tormento da força, onde cães e abutres arrastarão suas entranhas (comerão as suas vísceras)” (Apuleio, *Metamorphoses* 6.32.1). Num texto muito intrigante, Cícero discute com Verres por este ter crucificado um cidadão romano, e chama a crucificação de “pena mor”, a *summum supplicium*, e afirma que a crucificação é *crudelissimi*

taeterrimique supplici (Cícero, *In Verrem* 2.5.165, 168). Fílon de Alexandria fala de como a cruz, depois de todos os flagelos, era ainda um fim mais cruel às vítimas:

72 E aqueles que fizeram essas coisas imitaram os sofredores, como pessoas empregadas na representação de farsas teatrais; mas os parentes e amigos daqueles que foram as verdadeiras vítimas, simplesmente porque simpatizaram com a miséria de seus parentes, foram levados para a prisão, foram açoitados, foram torturados e depois de todos os maus tratos que seus corpos vivos poderiam suportar, descobriram que a cruz era o fim de tudo e a punição da qual não podiam escapar (Fílon, *In Flaccum* 72).

Júlio Paulo, apresenta uma classificação de penas, sendo a cruz a pena mais severa a ser aplicada ao condenado: “*Summa supplicia sunt crux*”:

As punições extremas são a cruz, a queima e a decapitação; mas as penas para ofensas moderadas são a mina, a escola [de gladiadores] e a deportação [para uma ilha]; as menores [penalidades são] banimento, exílio, obras públicas e correntes. Certamente, aqueles que são condenados à pena de morte devem ser mortos dentro de um ano (Júlio Paulo, *Sententiae* 5.17.2).

Entre outras penas graves estão a incineração e a decapitação; a pena de *damnatio ad bestias*, isto é, ser devorado por animais selvagens, segundo argumenta Hengel, frequentemente assume a posição de decapitação como uma das penas capitais (Hengel, 1977, p. 33). Júlio Paulo (*Sententiae*, 5.19.2, 5.21.4, 5.22.1, 5.23.1,2,16, 5.24.1, 5.25.1, 5.30b.1) (Hengel, 1977, p. 34-35) também fornece uma lista de crimes graves punidos com *summum supplicium*, a pena máxima, entre elas a crucificação, as bestas-feras e a incineração e decapitação, sendo estas as mais comuns, mas havia também penas especiais. Ele alterna a crucificação e as bestas-feras como penas de *summum supplicium*:

15. As pessoas que celebram, ou fazem celebrar ritos ímpios ou noturnos, de modo a encantar, enfeitiçar ou amarrar alguém, serão crucificadas ou lançadas às feras.

16. Quem sacrificar um homem, ou tentar obter auspícios por meio de seu sangue, ou poluir um santuário ou um templo, será lançado às feras ou, se for de categoria superior, será punido com a morte.

17. Foi decidido que as pessoas que são viciadas na arte da magia devem sofrer punição extrema; isto quer dizer que serão lançados às feras ou crucificados. Os próprios mágicos serão queimados vivos (Júlio Paulo, *Sententiae* 5.25.14-17)

Na tradição judaica há uma lista de penas para crimes graves em *Aramaic Targum to Ruth* 1.17, em que são alistadas as penas de apedrejamento, queimar com fogo, morte pela espada e enforcamento na forca, esta última, numa outra tradução, pode significar empalamento ou crucificação:

Disse Noemi: “Temos quatro métodos de pena capital para os culpados - apedrejamento, queimar com fogo, morte pela espada e enforcamento na forca.” Disse Ruth: “A qualquer morte que você esteja sujeita, eu estarei sujeita.” Disse Noemi: “Temos dois cemitérios.” Disse Ruth: “Ali serei sepultada. E não continue a falar. Que o Senhor faça assim comigo e muito mais, se [até] a morte me separar de você” (*Aramaic Targum to Ruth* 1.17)

Cabe ao criminoso, como parte da sua condenação, carregar a sua própria cruz, conforme Plutarco: “E como todo malfeitor que sofre em seu corpo carrega sua própria cruz no lugar de sua execução” (Plutarco, *Moralis* 554A-B / *De sera numinis vindicta* 9) (Chapman; Schnabel, 2015, p. 602,

289-290). Plauto também descreve esta prática: “Carrega o patíbulo através da cidade e depois é fixado na cruz” (Plauto, *Carbonaria* fr. 2).

As penas da *crux*, *bestiae*, *ignis* foram consideradas ambas como *summum supplicium*, e foram destinadas às classes mais baixas da sociedade, principalmente depois que Caracalla instituiu o título de *Cidadão Romano*, o que levou a uma estratificação ainda mais severa da população, embora, em raríssimos casos, penas graves fossem aplicadas a romanos (Chapman; Schnabel, 2015, p. 602, 609-610, 612; Hengel, 1977, p. 34). Estas penas serviam para dividir os cidadãos que eram mais vis, os *humiliores*, dos mais nobres, os *honestiores* (Hengel, 1977, p. 34-35). Hengel sugere que essas penas eram consideradas “penas de classe social” ou “penas de justiça social”.

Varrão fala destas penas: “Somos bárbaros porque amarramos os inocentes à cruz, e vocês não são bárbaros porque jogam os culpados às bestas feras?” (Varrão, *Menippus* frag. 24). Sêneca expõe a crueldade destas várias formas de matar: a cruz, o fogo, as bestas feras, e outros modos cruéis:

Em torno de um conjunto de espadas e fogo e correntes e uma multidão de bestas a serem soltas sobre as entranhas estripadas de homens. Imagine sob este título a prisão, a cruz, a cremalheira, o gancho e a estaca que eles enfiam direto no homem até que saia de sua garganta. Pense em membros humanos dilacerados por carruagens conduzidas em direções opostas, da terrível camisa manchada e entrelaçado com materiais inflamáveis, e de todos os outros artifícios inventados pela crueldade, além daqueles que mencionei! (Sêneca, *Epistolae Morales* 14.5).

O historiador anônimo de *Historiae Augustae* fala da crueldade de Avidius Cassius (antes 175 d. C.) para com os seus soldados: “há muitos indícios de selvageria, ao invés de rigidez, de sua parte. Para, no primeiro lugar, os soldados que haviam apreendido à força qualquer coisa dos provincianos que ele crucificou [elevado a uma cruz] no mesmo local onde cometeram o crime” (Scriptores *Historiae Augustae* 6 – *Vulcacius Gallicanus*, *Avidius Cassius* 4.1-2).

Josefo conta como a violência extrema de Alexandre Janeu, rei asmoneu, o levou a crucificar 800 inimigos fariseus de uma só vez; foram crucificados vivos e assistiam à barbárie horrível de suas esposas e filhos serem degolados diante deles, enquanto Janeu fazia sexo com suas concubinas:

[97] Não, sua raiva tornou-se tão extravagante, que sua barbárie chegou ao grau de impiedade; pois quando ele ordenou que oitocentos fossem pendurados em cruces no meio da cidade, ele teve as gargantas de suas esposas e filhos cortadas diante de seus olhos; e essas execuções ele viu enquanto bebia e se deitava com suas concubinas (Josefo, *De Bello Judaico* 1.97).

[380] e quando ele encerrou o mais poderoso deles na cidade Betome, ele os sitiou ali; e quando ele tomou a cidade e colocou os homens em seu poder, ele os trouxe a Jerusalém e cometeu uma das ações mais bárbaras do mundo contra eles; pois enquanto festejava com suas concubinas, à vista de toda a cidade, ele ordenou que cerca de oitocentos deles fossem crucificados; e enquanto eles viviam, ele ordenou que as gargantas de seus filhos e esposas fossem cortadas diante de seus olhos (Josefo, *Antiquitates Judaicae* 13.380).

Crucificações em massa podem ser identificadas tanto no começo como no fim da Primeira Guerra Romano-Judaica (Crossan, 1995, p. 137-138). No ano de 66 d. C., Florus, governador romano da terra judaica, deu ordens para que os soldados invadissem Jerusalém e atacassem dentro da cidade, segundo Josefo:

Florus ficou mais irritado com isso e clamou em voz alta para os soldados saquearem o que era chamado de Mercado Superior e matar aqueles que encontrassem. Assim, os soldados, aceitando esta exortação de seu comandante em um sentido agradável ao seu desejo de ganho, não só saquearam o lugar para onde foram enviados, mas forçaram-se a entrar em todas as casas, mataram seus

habitantes; assim, os cidadãos fugiram ao longo das ruas estreitas e os soldados mataram aqueles que pegaram, e nenhum método de pilhagem foi omitido; eles também pegaram muitas pessoas quietas e as trouxeram perante Florus, a quem ele primeiro castigou com açoites e depois crucificou. Consequentemente, o número total daqueles que foram destruídos naquele dia, com suas esposas e filhos, (pois eles não pouparam nem mesmo as próprias crianças) foi cerca de três mil e seiscentos. E o que tornou essa calamidade ainda mais pesada foi esse novo método de barbárie romana; pois Florus se aventurou então a fazer o que ninguém havia feito antes, isto é, mandar que homens da ordem equestre fossem chicoteados e pregados na cruz diante de seu tribunal; que, embora fossem judeus de nascimento, ainda assim eram de dignidade romana, não obstante (Josefo, *De Bello Judaico* 2.305-308).

Depois de quatro anos desta carnificina, o exército de Tito cercaria totalmente Jerusalém, levando o conflito para o seu desenlace, conforme escreve Josefo em *De Bello Judaico* 5.449-451, acima citado.

A crucificação como entretenimento

A crucificação foi utilizada como meio de entretenimento, como fica claro em um texto em que Fílon (*In Flaccum* 72) relata a crucificação como sendo encenada no teatro, com derramamento de sangue artificial, e também da crucificação de judeus em Alexandria, quando Flaccus era prefeito da cidade:

E aqueles que faziam essas coisas como se estivessem em mímica teatral agiam como quem estava sofrendo; mas amigos e parentes daqueles que realmente sofreram, simplesmente porque simpatizavam com os infortúnios de suas relações familiares, foram presos, açoitados, torturados e, depois de todos esses tormentos, tanto quanto seus corpos foram capazes de suportar, o último e o castigo à espreita era uma cruz (Fílon, *In Flaccum* 72).

Josefo e Suetônio (Suetônio, *De Vita Caesarum, Caligula* 57.4) citam uma encenação teatral, nos dias de Calígula (37-41 d. C.), em que muito sangue artificial foi derramado no palco, e havia no mesmo espetáculo uma conspiração para matar Felipe, filho de Amintas, rei dos macedônios:

E mesmo lá ele [Gaius Calígula] notou que havia dois presságios: pois um mímico foi introduzido, durante o qual um governante foi crucificado após ter sido preso, e o dançarino de pantomima introduziu o drama Cinyras, no qual ele e sua filha Myrrha foram mortos; e muito sangue artificial foi derramado ao redor do homem crucificado e ao redor de Cinyras. E também é acordado que foi o dia em que Pausânias, um dos guardas, matou Filipe, filho de Amintas e rei dos macedônios, ao entrar no teatro (Josefo, *Antiquitates Judaicae* 19.94-95).

Para se ter uma ideia de como a crucificação era um espetáculo para a Mundo Antigo, Juvenal deseja que o ator Lentulus de fato seja crucificado durante a peça: “O ágil Lentulus fez o famoso papel de Laureolus: merecendo, a meu ver, ser real e verdadeiramente crucificado” (Juvenal, *Satires* 8.187-188). O caso de uma encenação real de crucificação é narrado por Marcial, que sugere que um criminoso foi crucificado numa peça teatral e suas vísceras comidas por um urso, em pleno teatro:

Laureolus, pendurado não sobre uma cruz irreal, entregou seus órgãos vitais indefeso a um urso da Caledônia. Seus membros mutilados viveram, embora as partes pingassem sangue e em todo o seu corpo não houvesse a forma de um corpo (Marcial, *Liber Spectaculorum* 7)

Num texto de Josefo, Janeu fazia sexo com suas concubinas enquanto os 800 homens eram crucificados, e suas esposas e filhos mortos ante seus olhos. Estes textos expõem o quanto a violência foi entretenimento no Mundo Antigo, e o quanto a crucificação foi comum, estes relatos mostram como,

de um modo horrível, o Mundo Antigo era fascinado pela violência extrema, mas também como esta violência extrema tornou-se banal.

A crucificação como morte aviltante

A crucificação foi a forma mais horrível de condenar os criminosos à morte no Mundo Antigo, não porque as outras duas formas, o fogo e as bestas-feras, fossem menos cruéis, mas porque com a crucificação o impacto e o efeito psicológico da condenação alcançava seu clímax: os corpos, na crucificação, não eram enterrados, antes, eram deixados pendurados na estaca, algumas vezes os condenados demoravam dias para morrerem, isto acontecia porque na crucificação “não se danificava diretamente nenhum órgão vital do crucificado,” afirma Pagola, “de maneira que sua agonia podia prolongar-se durante longas horas e até por dias” (Pagola, 2014, p. 464), os corpos ficavam expostos e as partes moles, como os olhos, nariz, boca e língua, começavam a ser devorados por aves de rapina e pequenos animais, ainda vivos eram tragadas pelas aves, seus corpos ficariam assim, apodrecendo na estaca, até que caísse, e por fim fossem comidos por animais carnívoros e aves; o espetáculo de horror causava uma impressão psicológica duradoura nos que assistiam o apodrecimento do condenado. Negar o enterro foi a marca das formas violentas de matar: na incineração não sobrava nada do cadáver, e nas bestas feras (animais selvagens), restariam apenas os ossos, espalhados e sem a possibilidade de identificação, que eram, finalmente, recolhidos e lançados numa vala rasa. Crossan explica: “A pessoa condenada era pregada na cruz para morrer em agonia e, em geral, ali era deixada depois disso, como carniça para aves e cães” (Crossan, 2004, p. 574). Um corpo exposto suspenso, aves de rapina e cães, animais selvagens o devorando por dias, o mau cheiro que toda esta cena gerava, não deixava de causar um impacto terrível na mente das testemunhas (Lohfink, 2015, p. 367). Além de que, geralmente, as vítimas seriam crucificadas nuas, como sugerem os testemunhos de Josefo: “[2] Os homens ordenaram que conduzissem o escravo ao seu castigo, tendo esticado ambos os braços e amarrando-os a um pedaço de madeira que se estendia pelo peito e ombros até aos pulsos, seguiram-no, rasgando-lhe o corpo nu com chicotes” (Josefo, *Antiquitates Judaicae* 7.69.2), e Melito, bispo de Sardes, no Século II, que escreveu num sermão sobre a paixão de Cristo: “O Soberano ficou irreconhecível por seu corpo nu e nem sequer é permitido uma vestimenta para preservá-lo da visão” (Melito, *Passion*, 97).

Cícero diz que um cidadão romano não pode ser crucificado: “Mas o carrasco, o véu de cabeças e a própria palavra “cruz”, deixem que todos sejam distantes não apenas dos corpos dos cidadãos romanos, mas até de seus pensamentos, olhos e ouvidos” (Cícero, *Pro C. Rabiro perduellionis reo ad quirites oratio* 16). Cícero ainda considera a crucificação “o mais cruel e horrível suplício” (*In Verrem* 2.5.165); e Sêneca chama a cruz de “madeiro estéril” (*Ad Lucilium Epistulae Morales* 101.14), e também de “haste infame” (*Anthologia Latina* 415) (BARBAGLIO, 2011, p. 504). Orígenes fala da cruz como a pena mais obscena: “*mors turpissima crucis*” (*Comm in Matt* 27.22-26) (Orígenes *apud* Barbaglio, 2011, p. 504). Havia um provérbio latino cuja significado hoje seria “-Vá para o inferno!”: “*I in malam maximam crucem*”, citado por Plauto (Barbaglio, 2011, p. 504). A cruz era a pena de morte que mais suscitava comiseração e piedade. Josefo fala dela como “θανάτων τὸν οἰκτιστον” “a morte mais digna de compaixão” (Barbaglio, 2011, p. 504):

Diante disso, Eleazar rogou-lhes que não o desconsiderassem, agora ele iria sofrer uma morte miserável, e os exortou a se salvarem, cedendo ao poder romano e à boa fortuna, já que todas as outras pessoas agora eram conquistadas por eles (Josefo, *De Bello Judaico* 7.203).

Outro exemplo de como os antigos prezavam por um sepultamento pode ser visto no incidente narrado por Tácito, quando em 31 d. C., Sejanus conspirou contra Tibério César. Entre 26-31 d. C. Tibério

César governou Roma da ilha de Capri, nas costas de Nápoles; na época, Sejanus era o chefe da guarda pretoriana em Roma. Este se rebelou contra o imperador na própria Roma. Em outubro de 31 d. C., Tibério César agiu rapidamente contra eles, e Tácito escreve que muitos dos revoltosos preferiram o suicídio a esperar as penalidades que o imperador designaria (Crossan, 1995, p. 190):

Enquanto Roma era uma cena de incessante derramamento de sangue, Pomponius Labeo, que era, como já contei, governador da Moesia, cortou suas veias e deixou que sua vida diminuísse. Sua esposa, Paxæa, imitou seu marido. O que fez com que tais mortes buscassem avidamente foi o medo do carrasco, e também o fato de que os condenados, além do confisco de seus bens, foram privados de sepultamento, enquanto aqueles que decidiram por si mesmos seus destinos tiveram seus corpos enterrados e seus testamentos permaneceram válidos, uma recompensa esta pelo seu despacho. (Tácito, *Annales* 6.29).

A desonra com a vítima, na crucificação, fica evidente na falta de um enterro digno, como conclui Hengel:

A crucificação era agravada ainda mais pelo fato de, com muita frequência, as vítimas servirem de alimento para as bestas selvagens e aves de rapina. Dessa forma, a humilhação era completa. O homem moderno dificilmente entende o que significava para alguém da antiguidade ter o sepultamento recusado, e a desonra que acompanhava essa recusa (Hengel, 1977, p. 87-88. Tradução de Crossan, 2004, p. 575).

Crossan explica que “A morte após a crucificação foi a advertência pública na tradição romana” (Crossan, 2004, p. 574-575). Desta forma, é possível compreender que a morte na cruz era uma forma desonrosa de morrer, pois implicava no não sepultamento do condenado.

Os condenados eram considerados como alimento de aves de rapina e animais selvagens. Artemidoro afirma que o valor de um crucificado é “nutrir muitos corvos” (Artemidoro, *Oneirocritica* 4.49) (Barbaglio, 2011, p. 506). Petrônio engrossa o coro: “Ele não sabe o que está fazendo, o que pende na cruz é alimento dos corvos” (Petrônio, *Satyricon* 58.2). Petrônio também fala que os romanos colocavam soldados para evitar que os corpos dos crucificados fossem roubados para serem enterrados: “E [...] quando o soldado que observava as cruces, para evitar que alguém levasse um corpo para o enterro...” (Petrônio, *Satyricon*, 111), para evitar que o corpo apodrecesse no poste. Horácio também fala dos crucificados como alimento das aves:

Se um escravo me dissesse: “Eu nunca furtei nem fugi”

A minha resposta seria: “Você tem a sua recompensa; você não é chicoteado”.

[Se um escravo me dissesse:] “Eu nunca matei ninguém”.

[A minha resposta seria:] “Você não ficará pendurado na cruz para alimentar os corvos” (Horácio, *Epistulae* 1.16.46-48. Tradução de CROSSAN, 1995, p. 190.).

Um escritor anônimo deixou este testemunho:

Castigados com membros esticados, eles vêm a estaca como seu destino; são acorrentados, pregados a ela com cravos afiados, uma horrenda refeição para as aves de rapina, sinistros restos para os cães (Maneto, *Astrólogo, Apotelesmatica* 5.1.198-200).

No imaginário popular, estava encravada a apoteose do horror, o corpo pendurado, as aves bicando o condenado ainda vivo, o sangue jorrando, o corpo apodrecendo e tombando, e mais carniceiros

banqueteando-se. Além da condenação à morte, a morte violenta com escrutínios de perversidade e selvageria e, por fim, o corpo pendente sendo atacado pelas aves, desfigurado pela devoração, as vísceras caídas, os carnívoros à espreita, o corpo semanas a fio apodrecendo lentamente, os restos pendurados na estaca, o horror vira história, e o Mundo Antigo parece achar isso tudo natural. Pagola escreve que:

“A crueldade da crucificação tinha a intenção de aterrorizar a população e servir assim de escarmento geral. Sempre era um ato público. As vítimas permaneciam totalmente nuas, agonizando na cruz, num lugar visível... [...] Não era fácil esquecer o espetáculo daqueles homens retorcendo-se de dor entre gritos e maldições” (Pagola, 2014, p. 465).¹⁴

Considerações finais

No Mundo Antigo havia cinco penas capitais aplicadas a crimes graves: a crucificação, a incineração, as bestas-feras ou animais selvagens, a decapitação e o banimento para uma ilha; todas elas, é claro, tinham o objetivo maior de exterminar o condenado; as quatro primeiras representavam uma morte imediata e a quinta um exílio irreversível, uma morte solitária.

Matar, e matar violentamente, é um requinte da crucificação, da incineração e das bestas-feras, um espetáculo de horrores que o mundo antigo, pelo que parece, não se cansava de ver, e até vibrava com ele. Ao mesmo tempo que a cruz era o horror, era também o espetáculo, a um só tempo causava asco e satisfação, repulsa e atração, enquanto se desejava estar longe dela ao mesmo tempo se queria ver o crucificado, e assistir o sinistro e funesto espetáculo do morto pendurado até, decomposto, ser devorado por inteiro.

Estas foram as três formas preferidas de matar cruelmente, com requintes de brutalidade, barbárie, selvageria e desumanidade, que demonstrava, não apenas a gravidade do suposto crime cometido, mas, acima de tudo, a impiedade, a maldade, a malignidade e a perversidade dos executores de tais penas, ou seja, estas três formas de matar mostravam a monstruosidade tanto da morte em si quanto também de quem as executava. Destas três formas de matar, a mais comum no Mundo Antigo, pelo que parece, pelos relatos que chegaram até os dias atuais, foi a crucificação.

Estas três formas de matar têm em comum a característica fundamental de deixar o cadáver do condenado insepulto.

¹⁴ Cf. também ASLAN (2013, pos. 163-164) que escreve sobre os horrores e a propaganda da crucificação no Império Romano: “A crucificação era uma forma generalizada e extremamente comum de execução na Antiguidade, usada por persas, indianos, assírios, citas, romanos e gregos. Mesmo os judeus praticavam a crucificação, sendo essa punição mencionada várias vezes em fontes rabínicas. A razão para que a crucificação fosse tão comum é que ela era muito barata. Podia ser realizada em praticamente qualquer lugar, necessitando-se apenas de uma árvore. A tortura poderia durar dias, sem a necessidade de um torturador. O procedimento da crucificação, o modo como a vítima seria pendurada, era deixado completamente por conta do carrasco. Alguns eram pregados de cabeça para baixo. Alguns tinham as partes íntimas empaladas. Alguns eram encapuzados. A maioria era desnudada. Foi Roma que tornou a crucificação a forma convencional de punição do Estado, criando certa uniformidade no processo, especialmente quando se tratava de pregar as mãos e os pés numa viga. Tão comum era a crucificação no Império Romano que Cícero se refere a ela como ‘aquela praga’. Entre os cidadãos, a palavra ‘cruz’ (*crux*) tornou-se uma provocação popular e praticamente vulgar, semelhante a ‘vá se enforcar’. No entanto, seria incorreto se referir à crucificação como pena de morte, pois era frequente que a vítima fosse executada primeiro e, em seguida, pregada a uma cruz. O objetivo da crucificação não era tanto matar o criminoso, mas servir como forma de dissuasão para outros que quisessem desafiar o Estado. Por esta razão, as crucificações eram sempre realizadas em público – nas encruzilhadas, nos teatros, nos morros ou em terreno alto –, em qualquer lugar onde a população não tivesse escolha senão testemunhar a cena macabra. O criminoso era sempre deixado pendurado por muito tempo após a morte; os crucificados quase nunca eram enterrados. Afinal, o ponto principal da crucificação era humilhar a vítima e assustar as testemunhas, com o cadáver deixado pendurado para ser comido por cães e bicado até os ossos por aves de rapina. Os ossos seriam então jogados numa pilha de lixo, que é como o Gólgota, o lugar da crucificação de Jesus, ganhou seu nome: o *local de crânios*. Simplificando, a crucificação era mais do que uma pena de morte para Roma – era um lembrete público do se acontecia quando se desafiava o Estado. Por isso, era reservada exclusivamente para os crimes políticos mais radicais: traição, rebelião, sedição, banditismo.” Para um estudo completo da crucificação no Império Romano consultar HENGEL, 1977.

A incineração, por si própria, já não deixava restos mortais para o enterro. As vítimas eram, geralmente, queimadas vivas.

As bestas-feras eram um espetáculo em particular, pois necessitava de uma grande estrutura, como uma arena, jaulas, alimento para os animais selvagens, logística dos animais etc. Os condenados eram jogados vivos para serem devorados pelos animais famintos, restando apenas ossadas, destroçadas, ao final do macabro festejo.

A crucificação era, talvez, destas três formas de matar cruelmente, a mais grave delas, não porque fosse menos ou mais violenta, mas porque tinha os efeitos psicológicos mais duradouros. O condenado à crucificação era pendurado à cruz de algumas formas: amarrado ou pregado com cravos, ou, às vezes, os dois; era, preferencialmente, pendurado vivo, mas algumas vezes já estaria morto. A pena da crucificação poderia ser aplicada para vitimar o condenado, isto é, para matá-lo, mas este era apenas um dos seus objetivos. O objetivo máximo da crucificação era deixar o condenado pendurado na estaca até que seu corpo apodrecesse e caísse, despencando do madeiro. Enquanto o corpo estava pendurado, e muitas vezes com o condenado ainda vivo, começava a devoração, isto é, as aves de rapina vinham para comer o crucificado, que era pendurado nu. Começavam comendo os olhos, a língua, o nariz, as genitálias, ou seja, as partes moles. O corpo permaneceria pendurado e sendo devorado pelas aves. Outros animais carniceiros como cães e ratos entre outros logo chegariam para também participarem do banquete. O crucificado permaneceria assim, pendurado durante semanas, até que despencasse, apodrecido, e então terminava-se a devoração; os ossos maiores ficariam ali, insepultos e dilacerados.

A impressão psicológica que a exposição deste tipo de morte por crucificação causava, a tornava, não obstante a insanidade e selvageria das outras duas formas de matar, a mais horrenda do Mundo Antigo. Na incineração e nas bestas feras o cadáver logo desaparecia e, terminado o espetáculo, restava apenas a lembrança, mas na crucificação não: o cadáver permanecia exposto durante semanas, cada vez mais desconfigurado, apodrecendo, o terror desta morte ficava, não na memória apenas, mas diante dos olhos, e por longo tempo. Por isso, a crucificação era sempre realizada em lugares públicos e bem visíveis, porque ela representava uma propaganda de terror dos governos que a aplicavam.

A crucificação foi, nos dias antigos, uma das mais cruéis formas de exposição do corpo do condenado e a maneira mais infame de vitimar o morto, ao penalizá-lo, além de uma morte desumana, vergonhosa e extremamente dolorida, à sina de ficar insepulto, pois o corpo permanecia pendurado na estaca até decompor-se, sendo comido a princípio pelas aves de rapina e depois por todos os demais animais, quando o corpo, apodrecido, finalmente despencava do madeiro no qual fora afixado. Os crucificados não eram enterrados e permaneceriam durante longo tempo em exposição na cruz até que a putrefação os fizesse cair, seus restos mortais permaneceriam jogados no chão como lembrança aos demais dos efeitos dessa condenação. Ao negar ao morto uma sepultura dois fatores básicos eram pretendidos: primeiro, não havia um local de memória para celebrar o morto e lembrá-lo; segundo, condenava-se a sua alma a vagar sem descanso, conforme as concepções antigas.

Referências bibliográficas

ASLAN, E. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Trad. M. Suano. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

BARBAGLIO, G. *Jesus, hebreu da Galiléia: pesquisa histórica*. Trad. W. E. Lisboa. São Paulo: Paulinas, 2011.

BARBET, P. *A paixão de Jesus Cristo segundo o cirurgião*. 11ª Ed. São Paulo: Loyola, 1988.

- BROWN, R. E. *A morte do Messias: comentário das narrativas da Paixão nos quatro evangelhos*. Vol. 1. Trad. B. T. Lambert. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CHAPMAN, D. W., *Ancient Jewish and Christian perspective of crucifixion*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008
- CHAPMAN, D. W.; SCHNABEL, E.J., *The trial and crucifixion of Jesus*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.
- COHN, H., *O julgamento e a morte de Jesus*. Trad. H. de A. Mesquita. Rio de Janeiro, Imago, 1994.
- COOK, J. G., *Crucifixion in the Mediterranean World*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014.
- CROSSAN, J. D. *O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. Trad. B. T. Lambert. São Paulo: Paulus, 2004.
- CROSSAN, J. D. *Quem matou Jesus? As raízes do anti-semitismo na história evangélica da morte de Jesus*. Trad. N. Lima. Rio de Janeiro: Imago, 1995B
- CROSSAN, J. D. *Jesus, uma biografia revolucionária*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- EDMONDSON, J.; KYLE, D., *Spectacles of Death in Ancient Rome*. *American Historical Review*. 106. 10.2307/2692857, 2001
- EHRMAN, B. D. *Jesus existiu ou não?* Trad. A. Cleaver. Rio de Janeiro, Agir, 2014.
- HARRIS, R. L.; ARCHER JR, G. L.; WALTKE, B. K., *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Trad. M. L. Redonto; L. A. T. Sayão; C. O. C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- HENGEL, M., *Crucifixion in the Ancient World and the folly of the message of the cross*. Trad. J. Bowden. London: Fortress Press, 1977.
- LOHFINK, G. *Jesus de Nazaré: o que ele queria? Quem ele era?* Trad. E. P. Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- NICHOLS, A., *The complete Fragments of Ctesias of Cnidus: translation and commentary with an introduction*. Tese (Doutorado em Filosofia). Florida: University of Florida, 2008. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/UFE0022521/00001>
- PAGOLA, J. A. *Jesus, aproximação histórica*. Trad. G. A. Titton, Petrópolis: Vozes, 2014.
- SAMUELSSON, G., *Crucifixion in Antiquity*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011
- SCOTT, G. R., *The history of torture throughout the ages*. London: Luxor Press, 1959.
- SLOYAN, G. S. *Por que Jesus morreu?* Trad. C. P. Lopes. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TORQUATO JUNIOR, C. *A crucificação de Jesus e mortes violentas no mundo antigo em diálogo: hermenêutica do sofrimento*. 2021. 459 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Curitiba, 2021. Disponível em:
<https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/0000a1/0000a123.pdf>

YOUNGBLOOD, R.F., 2512 hlt (tâlâ) pendurar, enforcar; *In*: HARRIS, R. L.; ARCHER JR, G. L.; WALTKE, B. K., *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Trad. M. L. Redonto; L. A. T. Sayão; C. O. C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 1641-1642.

RECEBIDO: 15/05/2023
APROVADO: 17/11/2023

RECEIVED: 05/15/2023
APPROVED: 11/17/2023